



Anuário Antropológico
v.50 | 2025

Processos técnicos e variações de ambientes construídos entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul (Brasil)

*Technical processes and built environments variations among the Kaiowa
of Mato Grosso do Sul (Brazil)*

Fabio Mura



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/15054>

DOI: 10.4000/1552o

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica

Fabio Mura, «Processos técnicos e variações de ambientes construídos entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul (Brasil)», *Anuário Antropológico* [Online], v.50 | 2025, e-1552p. URL: <http://journals.openedition.org/aa/15054> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/1552o>



Atribuição 4.0 Internacional

Processos técnicos e variações de ambientes construídos entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul (Brasil)

*Technical processes and built environments variations among the Kaiowa of Mato
Grosso do Sul (Brazil)*

DOI: <https://doi.org/10.4000/15520>

Fabio Mura

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Humanas, Rio Tinto, Paraíba, Brasil

ORCID: 0000-0003-2840-6355

No presente trabalho, busca-se descrever e analisar os processos que levaram à transformação dos ambientes construídos (*built environments*) entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul ao longo do último século e meio. Para tal escopo, em lugar de ver tais transformações como resultado de aculturação ou de uma mera mudança estética, enfocando aqui principalmente relações técnicas, mostrar-se-á como as experiências das pessoas indígenas com novos materiais e estruturas arquitetônicas têm favorecido uma flexibilização da organização e da ecologia domésticas, tornando a mobilidade territorial mais capilar e possibilitando a produção de uma ampla variação de formas e estruturas habitacionais.

In this work, we seek to describe and analyse the processes that led to the transformation of the built environments among the Kaiowa from Mato Grosso do Sul over the course of a century and a half. For such a scope, instead of looking at such transformations as the result of acculturation or a mere change of aesthetic, we'll focus mainly on technical relations that will show how the experiences of the indigenous people with new materials and architectural structures have favoured a flexibilization of domestic organization and ecology, turning the territorial mobility more capillary and making the production of an ample variation of shapes and residential structures.

Processos técnicos; Ambientes construídos; Ecologia doméstica; Indígenas Kaiowa

Technical processes; Built Environments; Household Ecology; Kaiowa Indigenous



Introdução

Conforme apontam fontes jesuíticas do começo do século XVII (M.C.A. 1951, 1952), os povos de fala guarani costumavam residir em grandes construções, que podiam chegar a abrigar em seu interior até algumas centenas de pessoas¹. Entre os Kaiowa, especificamente, tais construções, denominadas de *oygusu* (casa grande, v. Figura 1, em Anexo), embora com tamanho reduzido e hospedando apenas algumas dezenas de indivíduos, continuaram sendo construídas para fins habitacionais até a primeira metade do século XX (Thomaz de Almeida 2001), tornando-se a seguir bastante raras e até mesmo quando vêm a ser construídas, mudaram suas funções com relação ao uso feito no passado, convertendo-se em casas de reza (v. Figuras 2 e 3), como veremos mais adiante.

Segundo apontava Schaden (1974) a partir do paradigma da aculturação, tal abandono progressivo das antigas casas comunais seria devido fundamentalmente a um processo de individualização na vida econômica desses indígenas. Tal fato acarretaria a fragmentação das famílias extensas e a consequente adoção de moradias menores por parte de famílias conjugais, com estas últimas se tornando as unidades de produção e de consumo.

O argumento utilizado por Schaden foi contestado por Thomaz de Almeida (2001), que o considera como o resultado de uma observação incauta sobre a organização espacial e doméstica dos Kaiowa. Segundo esse último autor, as grandes malocas já possuíam divisões internas, separando famílias conjugais, essas se reunindo em torno dos fogos para desenvolver suas atividades culinárias. Assim, o abandono da casa comunal não estaria relacionado com um processo de individualização e autonomia das famílias conjugais, uma vez que hoje, embora estejam distribuídos por várias habitações, esses fogos mantêm-se relacionados entre si, de modo semelhante ao que ocorria no passado, seguindo critérios de organização social e cooperação econômica, social e afetiva. Assim, segundo Thomaz de Almeida, as razões das transformações nas construções habitacionais deveriam ser buscadas em outro lugar, ou seja, nas mudanças das condições ecológicas nos lugares onde esses indígenas vivem, sendo que a partir da década de 1960 se assistiu a um desflorestamento desses territórios, pelo impacto da mecanização da agricultura nas fazendas ali instaladas — por segmentos sociais dominantes, não indígenas. Dessa forma, segundo o autor, a matéria-prima constituída por madeiras de certo porte e sapé, que nascem em campos naturais, tornando-se cada vez mais escassos, teriam levado esses indígenas a escolher outras modalidades de solução habitacional, tais mudanças das formas e tamanhos das casas sendo consideradas por este autor apenas como de ordem estética.

Concordo aqui com a crítica a Schaden movida por Thomaz de Almeida, a respeito de uma visão incauta sobre a organização doméstica e territorial dos Kaiowa. Todavia, não penso que as transformações nas tipologias de habitações possam ser atribuídas unicamente a fatores de ordem ecológica e estética. Com efeito, há que se observar o fato de que, se se somassem todos os madeiramentos e o sapé utilizados para construir a totalidade das edificações realizadas pelos membros de

1 No tocante às regras de acentuação das palavras em guarani, seguirei a nomenclatura mais utilizada no Paraguai, explicitadas em Melià *et al.* (1997, 8), não utilizando o acento gráfico nas palavras oxítonas, estas sendo a maioria nesta língua indígena. A ocorrência do apóstrofe indica parada glotal.



uma família extensa que antes moravam sob um único teto, os materiais necessários certamente seriam superiores em quantidade àqueles que eram reunidos para levantar uma única *oygusu*. Ademais, pode-se dizer que nos anos de 1950, quando Schaden escrevia, ainda existiam significativas matas na região, enquanto que as casas comunais já se tornavam escassas. Por outro lado, na escolha da forma e dos detalhes construtivos, o aspecto estético também é algo que não pode ser limitado a fatores de puro gosto. As variações de formas que caracterizam as edificações dos Kaiowa, como veremos, resultam de específicas escolhas técnicas de associação de materiais diversificados, gerando o que Leroi-Gourhan denominou de uma “estética funcional” (2002b). Essas escolhas, por sua vez, dependem da ecologia doméstica e da dinâmica territorial que dela resulta. Essa ecologia tem de fato se transformado ao longo do tempo, desde o período da conquista europeia, sem que isso signifique a adoção de uma lógica individualista, conforme presumido por Schaden.

No presente artigo, buscarei justamente mostrar quais foram as características dessas transformações e que consequências elas tiveram para as dinâmicas construtivas das unidades habitacionais dos Kaiowa, observando-as principalmente a partir de um enfoque amplo sobre técnica, uma vez que a técnica “(...) remete — em variadas dimensões, formatos e escalas — a movimento, mudança ou alteração, mesmo que seja para reforçar, reproduzir ou manter determinados padrões de relação” (Sautchuk 2017, 12).

Para tal propósito, divido o argumento aqui em três itens. No primeiro, de cunho histórico, ocupo-me das transformações técnicas ao longo do tempo (centrando a atenção principalmente nos séculos XIX e XX), buscando ilustrar os aspectos mais importantes das mudanças da ecologia doméstica, da dinâmica territorial, dos fluxos de materiais e das escolhas habitacionais. No segundo item, especificamente etnográfico, ilustro a dinâmica de construção das unidades habitacionais entre os Kaiowa contemporâneos, levando em consideração, além de fatores de ordem técnica e ecológica, também aqueles de organização social e cosmológica, apontando hierarquia de valores, habilidades e estratégias indígenas voltadas a condicionar e a canalizar fluxos de materiais que permitem, entre outras possibilidades, moldar seus ambientes construídos. No terceiro e último item, a partir do material etnográfico apresentado, desenvolvo uma reflexão final sobre processos técnicos e ambientes construídos.

Passemos, portanto, à descrição e análise.

Organização espacial, dinâmica territorial e ecologia doméstica entre os Kaiowa: Processos históricos e transformações técnicas

Os Kaiowa são descendentes de um povo de fala guarani denominado pelos colonizadores europeus de Itatím, que foram “descobertos” por Irala em 1553 (ver Melià *et al.* 1976, 217). A localização atual desse grupo é o estado do Mato Grosso do Sul, no Brasil, e as regiões orientais do Paraguai, onde são conhecidos como Paĩ-Tavyterã² (Melià *et al.* 1976, Thomaz de Almeida 1991, Gadelha 1980, Mura 2019).

2 Esta expressão corresponde a uma autodenominação que significa “habitantes do povoado do centro da terra” (Melià *et al.* 1976, 217).



A organização territorial entre os antigos Guarani, tal como é indicado na literatura sobre o tema, seguia principalmente as bacias hidrográficas, formando regiões denominadas de *guára*, podendo, assim, se falar de indígenas procedente do “rio tal”. No interior dessas bacias, nas margens e nas cabeceiras dos rios e dos afluentes que as desenham, formavam-se grupos locais definidos por Susnik (1979-80) como *te’yi-óga*. O *te’yi* é o termo com que se refere uma família extensa, enquanto que *óga* (*óy*, entre os Kaiowa) significa a maloca onde tal agrupamento familiar, na sua totalidade, encontrava abrigo. Segundo essa autora, as relações de parentesco eram determinadas no interior do *guára*, onde também se estabeleciam as alianças guerreiras, podendo se formar unidades políticas locais com a articulação de algumas dessas malocas, dando então vida ao que hoje os indígenas denominam de *tekoha* (isto é, “lugar onde realizamos nosso modo de ser e de viver”) (Melià *et al.* 1976, Thomaz de Almeida 2001, Mura 2019). Para definir essas alianças e realizar as atividades cotidianas, o *te’yi-óga* colocava-se como eixo da mobilidade indígena, permitindo o acesso e a exploração dos ambientes que compunham seus territórios. As atividades realizadas em seu seio permitiam a produção dos instrumentos necessários para tais tarefas, enquanto que a agricultura era realizada a partir de um acesso diferenciado a roças particulares por parte das distintas famílias conjugais, as quais, por sua vez, numa escala maior, por meio de uma cooperação coletiva, criavam as condições de produção agrícola fundamentalmente centrada no cultivo do milho branco (*avati moroti*), propiciando-se assim os rituais de consagração desse cereal e das plantas novas. Com isto, cadenciava-se o calendário anual e, numa periodicidade maior, a realização da iniciação masculina, o *kunumi pepy* (Melià *et al.* 1976, Chamorro 1995).

Com a conquista europeia, muitos indígenas foram conduzidos às “reduções” jesuíticas, outros sendo capturados para serem utilizados como mão de obra, ou mesmo mortos pelos ataques dos bandeirantes paulistas, que adentravam pelo interior do Brasil em busca de ouro, pedras preciosas e apresamento de índios, ou vitimizados por epidemias. Outros, ainda, conseguiram se manter relativamente autônomos nas florestas. No caso específico dos indígenas do Itatim, após os bandeirantes destruírem as missões jesuíticas formadas em seus territórios (localizados então na Serra da Bodoquena, Centro Oeste do Brasil), aqueles que conseguiram escapar da escravização e fugirem da também perseguição dos *Mbayá-Guaikuru*, migraram em direção ao sul, instalando-se nas florestas do cone sul do atual estado de Mato Grosso do Sul e no Paraguai oriental (Melià *et al.* 1976, Gadelha 1980), como já mencionado. Nesses espaços, embora com uma demografia bastante reduzida, conseguiram dar continuidade à própria organização territorial e doméstica, com suas moradias provavelmente de tamanhos menores, convivendo, pelo menos em grande parte das vezes, com as grandes malocas de uso comunal.

Ocorre que, na segunda metade do século XIX, depois de pouco mais de dois séculos de relativa autonomia e de contato interétnico intermitente com não indígenas, o cenário local começou a mudar, rápida e significativamente. Após a chamada Guerra da Tríplice Aliança (1865-70), instalaram-se na região ocupada pelos indígenas duas grandes companhias de extração de erva mate, aí construindo



do infraestruturas como portos, comércio rural, rodovias e mesmo ferrovias. No lado brasileiro da fronteira, a Cia. Matte Larangeiras chegou, até a década de 1920, a ter mais de 5.000.000 de hectares de terra, explorando-os, para suas empreitadas, principalmente por meio da mão de obra indígena (dos Kaiowa e de seus vizinhos Guarani Nandéva) (Thomaz de Almeida 1991, Brand 1997).

Há que se observar que o período ervateiro não se caracterizava ainda pela ocupação sistemática da região por frentes neocoloniais, com a exploração da erva sendo baseada em concessões estatais e não na formação de propriedades privadas. Essa ocupação veio a ocorrer de forma paulatina, com a instalação primeiro de fazendas de gado e posteriormente, com um marcante desmatamento, entre as décadas de 1960 e 1970, pela agricultura extensiva mecanizada (primeiro de soja e depois também de cana-de-açúcar). Na região, assim, passaram a se desenvolver também cidades, com marcadas características de assessoramento à produção rural. Nesse processo de ocupação sistemática de seus territórios, em um primeiro momento a maioria dos grupos domésticos indígenas conseguiu permanecer embrenhada nas matas e trabalhando periodicamente nas fazendas que iam se formando. Mas, depois, com o intenso desmatamento, foram progressivamente expulsos de seus lugares e conduzidos a diminutas reservas, que entre 1915 e 1928 haviam sido criadas na região pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Como reação a esse processo, a partir da década de 1970, primeiro no Paraguai e depois no Brasil, os indígenas iniciaram uma luta para recuperar a posse de seus territórios, luta essa que perdura até os dias atuais (Barbosa da Silva e Mura 2018, Mura 2019).

As implicações das mudanças ocorridas no último século e meio para a organização doméstica dos Kaiowa, bem como de sua ecologia, foram bastante significativas. Em primeiro lugar, observa-se o acesso progressivo e cada vez mais constante dos indígenas a bens e materiais antes raros. O trabalho pontual, denominado *changa* (Melià *et al.* 1976, Thomaz de Almeida 1991; 2001, Mura 2019, Mura e Barbosa da Silva 2019), realizado primeiro nos ervais e depois nas fazendas e, mais recentemente, os recursos procedentes de atividades de órgãos indigenistas, cargos assalariados e benefícios estatais, permitiram aumentar progressivamente o conjunto de bens em circulação no seio dos grupos domésticos, com os indígenas desenvolvendo experiências com tecidos industriais, sal, metal, vidro, plástico, cimento e, hoje, eletrônicos (Mura 2019). Até a década de 1970, barras de ferro para confeccionar lâminas cortantes multifuncionais eram muito almejadas, entrando nos principais circuitos de troca (Barbosa da Silva 2007), uma vez que por meio desses instrumentos se obtinha maior eficácia na elaboração de artefatos de madeira e fibras vegetais. As lâminas cortantes em sílex lascada ou polida foram rapidamente abandonadas em favor de instrumentos metálicos (Mura 2019). Na culinária e no transporte da água, os recipientes cerâmicos também foram deixados de lado, embora de forma mais paulatina, sendo substituídos por aqueles metálicos e, posteriormente, em plástico e vidro, com diferentes capacidades volumétricas. O *cambuchi*, recipiente de cerâmica utilizado para a fermentação do *kaguî*, foi abandonado, preferindo-se se manter para tal propósito o uso do *ygáry*



— recipiente de madeira de cedro, obtido escavando-se um tronco, à maneira de formar uma canoa monóxila, tornando-se essa operação inclusive mais fácil com a introdução do machado com lâmina metálica. Hoje se utilizam também tambores de PVC e frascos de vidro (Mura 2019).

Com esse processo, as indústrias líticas e cerâmicas não foram substituídas por *grupos técnicos* (Leroi-Gourhan 1971) análogos, que permitissem a produção dos novos materiais em circulação. Não foi, portanto, introduzida na vida doméstica, por exemplo, a siderurgia. Assim, o acesso a novos materiais implicou em uma significativa transformação na organização técnica dos Kaiowa, que passaram progressivamente a privilegiar as técnicas de aquisição em detrimento daquelas de produção, intensificando e refinando o que hoje denominam de *jeheka* (“ir à procura de”), no qual se inclui a *changa* (Barbosa da Silva e Mura 2018, Mura e Barbosa da Silva 2019).

Para dar vida a essa dinâmica específica do *jeheka*, os Kaiowa têm também transformado a mobilidade de seus membros, no sentido de terem intensificado e diversificado o deslocamento de famílias conjugais pelo território de abrangência das atividades que são realizadas pela totalidade dos grupos domésticos constituídos por famílias extensas. Dessa forma, utilizando opções construtivas menores com relação às grandes malocas, mas em um primeiro momento em paralelo e articuladamente a essas, os indígenas passaram a adotar abrigos temporários, chamados de “ramadas”, para hospedar famílias nucleares durante suas empreitadas periódicas, primeiro nos ervais e depois nas fazendas (Thomaz de Almeida 1991; Mura 2019). Mas, eles também passaram a implementar casas que diferenciavam o teto das paredes, como aquelas de origem europeia³.

Essa dinâmica implicou, assim, em uma transformação progressiva do modo das famílias extensas se organizarem no espaço, mas sendo mantida a lógica de cooperação entre seus membros, como indicado por Thomaz de Almeida (1991). Para tal escopo, passaram a formar o que Wilk (1984, 1997) denominou de *grupos domésticos agregados*. Desse modo, no lugar de uma família extensa continuar residindo sob um mesmo teto, passou a formar agregados de unidades habitacionais, distanciadas umas das outras, mas comunicantes entre si, por meio de uma rede de trilhas (*tape po’i*) e tendo na residência dos líderes da família extensa seu eixo articulador (v. Figura 4).

A seguir focarei a atenção justamente sobre como se formam e reproduzem essas unidades habitacionais, tratando das dinâmicas de construção das edificações.

Dinâmica construtiva das unidades habitacionais

Os grupos domésticos kaiowa constituem-se fundamentalmente por famílias extensas de três gerações, com esse modelo de organização social sendo consagrado cosmologicamente, uma vez que as próprias divindades, espelho moral da humanidade, também se organizam dessa forma (Melià *et al.* 1976; Mura 2019). Sempre segundo a cosmologia, no *Áry Ypy* (Tempo-Espaço das origens) essas famílias teriam recebido de Ñande Ru (Nosso Pai) lugares específicos na Terra, onde

3 Uma gravura do final do século XIX mostra justamente a presença da casa grande, denominada entre os Kaiowa de *oygusu*, com seus diversos fogos domésticos e, ao fundo, uma casa com duas águas e parede separada (v. Figura 1).



se assentarem e para fazer bom uso de seus recursos. Os líderes dessas famílias teriam recebido também os *chiru* (varas e cruzes de uma árvore sagrada), devendo deles cuidar e sendo por eles protegidos, com o auxílio de outros instrumentos rituais, como *mbaraka* (chocalhos) e *takuapu* (bastões de percussão rítmica). A própria Terra, entendida como sendo um disco que se expandiu pela ação das divindades até atingir um tamanho bastante grande, está assentada sobre uma também grande cruz, e dependente hoje do cuidado justamente das famílias extensas kaiowa. Essas, por meio dessas cruzes e varas de *chiru*, contribuem na manutenção do equilíbrio cósmico (Mura 2010; 2019).

Tais aspectos cosmológicos têm grandes implicações morais, revelando um jogo de relações de parentesco entre os indígenas e as divindades, sendo essas consideradas como os Ñande Rykey (Nossos irmãos mais velhos), nos quais os indígenas se apoiam, no desenvolvimento de suas vidas. O entendimento é que entre parentes (divinos e terrestres) e entre esses e os lugares na Terra, deve existir um jogo de relações, baseados em um comportamento de mútuo apoio (*teko mbojeko porã*), seguindo-se regras de reciprocidade (*teko joja*) e de obrigações na cooperação, que seguem a hierarquia da sequência de lugares de apoio (*jekoha*) entre os elementos do universo. Assim, a Terra terá como *jekoha* uma cruz; as famílias que nela habitam se apoiarão naqueles lugares que lhes são destinados; e, por sua vez, no interior das famílias extensas, o *jekoha* será representado pelo casal mais idoso, que se con como o eixo das relações entre todos os membros, mas também da totalidade do espaço de referência do grupo doméstico (Mura 2014; 2019).

Pois bem, para compreendermos a dinâmica construtiva das unidades habitacionais, devemos ter em mente esse jogo de reciprocidade e de apoios, porque é a partir dos valores que desses derivam que teremos uma compreensão mais clara da organização e do impulsionamento dos fluxos de materiais na realização de ambientes construídos entre esses indígenas.

Outro aspecto importante a ser levado em conta é que, até meados dos anos 2000, as casas em alvenaria eram muito raras e, quando construídas, não eram feitas pelos próprios indígenas. Sendo assim, fundamentalmente me dedicarei aqui a descrever a construção de habitações com esqueleto de madeira, mostrando, contudo, no final do item, as implicações da introdução mais recente das estruturas em concreto e tijolo para a dinâmica do uso do espaço entre esses indígenas.

A escolha da residência pós-marital entre os Kaiowa, quando do primeiro casamento da mulher, é preferencialmente matrilocal. Ocorre que, existindo muitas separações de casais, no complexo as escolhas pós-maritais acabam sendo bilocais. A neolocalidade é muito rara e, quando ocorre, revela-se transitória. Portanto, o local de formação da unidade habitacional do novo casal ocorrerá dentro do espaço de abrangência e influência da família da esposa ou do marido. Dentro desse espaço será escolhido um lugar onde abrir uma clareira (no mato ou no campo), na qual se formará um pátio (*oka*) circular. Em um primeiro momento, esse pátio poderá ser adjacente àquele dos líderes do grupo doméstico, e de pequenas dimensões (10 ou 15 metros de diâmetro). Mas, com o passar do tempo, dependendo da quantidade e da variedade de construções que nele serão realizadas, bem



como das atividades que nele e ao redor dele terão vida, o tamanho do *oka*, bem como sua distância do *jekoha* doméstico poderá aumentar, podendo ele chegar a ter aproximadamente 100 metros de diâmetro e estar distante dos outros *oka* por centenas de metros (Mura 2019).

O processo que leva um casal recém-formado a consolidar seu estabelecimento em um *oka* implica na mobilização de habilidades e de materiais que geralmente vão possibilitar ir aumentando o número de construções habitacionais nesse pátio, em um crescendo, para depois essas adquirirem uma natureza cíclica. É o que denominei de “ciclo construtivo da unidade habitacional” entre os Kaiowa (Mura 2000). Esse ciclo construtivo segue uma lógica modular, articulando-se três espaços de ambiente construído no interior do *oka*: dormitório, cozinha e depósito (v. Figura 5).

Em um primeiro momento, edifica-se uma casa (*óy*), que contém em seu interior esses três espaços, geralmente separando com uma parede interna o dormitório do espaço cozinha/depósito. A seguir, é construída uma segunda edificação, destinada a uso dormitório, com aquela anterior vindo a se tornar cozinha e depósito. Em um terceiro momento, edifica-se uma outra estrutura, destinada novamente a ser dormitório, de modo que a segunda tornar-se-á cozinha e a primeira adquirirá a função de armazenar objetos e ferramentas de trabalho. Quando finalmente se constrói uma quarta estrutura, destinada novamente a dormitório, a primeira em geral terá alcançado o final de sua vida útil, sendo desmanchada, com parte de seus materiais sendo reaproveitada para as novas construções, colocadas em circuitos de trocas ou doações (principalmente entre parentes), ou destinados a alimentar o fogo doméstico, como lenha. Fecha-se, assim o ciclo construtivo da unidade habitacional (Mura 2000).

Há que se observar que tal ciclo construtivo foi desenvolvido a partir da experiência dos indígenas com materiais principalmente de origem vegetal - como madeiras e fibras. Assim, as edificações construídas nas melhores condições - com coberturas em sapé, em várias camadas e defumação pelo fogo doméstico, que permite o controle de cupins - podem ter uma vida útil de no máximo 20 anos, sendo, contudo, necessário realizar constantes reparos ou substituir partes da estrutura arquitetônica. Essa constatação sobre a vida útil de cada material leva também os Kaiowa a terem uma abordagem modular não apenas com os três espaços fechados antes considerados, mas também com os detalhes arquitetônicos e o modo de associá-los uns aos outros. Isto irá depender dos materiais à disposição, dos modos de sua obtenção, bem como das formas e funções que cada edificação deverá adquirir (Mura 2000). A seguir veremos justamente esses princípios de associação e as formas que podem ser produzidas.

Em primeiro lugar, levaremos em consideração as peculiaridades arquitetônicas das grandes malocas que preponderavam no passado. Essas eram caracterizadas pelo fato de não terem paredes, com a cobertura da edificação chegando até o chão. O princípio técnico principal é baseado na flexibilidade dos materiais utilizados para realizarem os caibros, uma vez que as habitações não possuíam colunas centrais para a sustentação da linha cumeeira. Os próprios caibros, finca-



dos no chão em uma das extremidades da construção, se apoiam em vigas laterais, produzindo-se uma alavanca a qual, na outra extremidade, sustenta diretamente a linha cumeeira. Essa, por sua vez, ao exercer uma força gravitacional na vertical, acaba por curvar os próprios caibros, dando à construção a forma de uma canoa emborcada (Mura 2000, Mura 2019) (v. Figuras 1, 2 e 3). Esse tipo de forma da casa, denominada de *oyjekutu* (“casa com paus fincados no chão”), poderia ser considerada, pelo aspecto exterior, semelhante às malocas construídas por alguns povos indígenas do Xingu, como os Kalapalo, mas, no jogo de forças estruturais entre os detalhes arquitetônicos, a diferença é significativa. As malocas do Xingu têm em seu interior duas colunas centrais, e os caibros não possuem, assim, a função de sustentação da linha cumeeira. As características arquitetônicas das grandes malocas dos Kaiowa permitiam periodicamente aumentar suas dimensões, desmanchando-se uma de suas extremidades, sem com isto alterar o espaço contínuo interno com colunas centrais que obstaculizariam o movimento das danças que nele se desenvolviam. Tais danças se realizavam frente ao *yvyra marangatu koty pegua* (altar interno), localizado na parte central da construção, de frente para a abertura leste, que comunica com o altar externo, posicionado no pátio (*yvyra marangatu oka pegua*), com isto formando-se um corredor, que permitia o ir e vir das danças entre esses dois pontos, a partir do pôr do sol até o amanhecer (Mura 2019).

Com a progressiva diminuição do tamanho das *oyjekutu* e o multiplicar-se do número e da variedade de construções realizadas no interior do espaço de abrangência de um grupo doméstico agregado, o altar interno passou a ser construído *ad hoc* em cada ritual, sendo posicionado sob uma cobertura na frente da casa, onde se guardavam os instrumentos sagrados. Na década de 1970, as grandes malocas tornaram-se muito raras para fins habitacionais, mas, com a luta pela recuperação da terra, os indígenas começaram a reivindicar recursos a aliados políticos para voltar a construí-las, dessa vez para manifestações de etnicidade, realização de assembleias e, principalmente, para officiar os rituais, tornando-se, assim, propriamente um templo e não mais uma habitação (Mura 2013).

As construções para fins habitacionais, a partir dos anos de 1970, são fundamentalmente realizadas separando-se o teto das paredes, seguindo-se técnicas de estrutura arquitetônica baseadas na sustentação da linha cumeeira através da asna (triângulo formado por uma viga transversal e duas diagonais) ou/e apoiando-a sobre pilares. As paredes das habitações podem ser realizadas com esteios de madeira verticais, com taquara batida ou cortiça de palmeira *pindo*. Porém, se houver disponibilidade, também com tábuas procedentes de serrarias e, em casos mais improvisados ou para barrar o vento, com lona plástica ou papelão (Mura 2000) (v. Figuras 6 a 11).

As construções podem apresentar uma ou duas entradas, sem a presença de janelas, com a ventilação sendo garantida pelas fendas que se fazem entre as partes que formam as paredes. Nestas últimas, sendo perfeitamente verticais (à diferença das *oyjekutu*), são geralmente apoiadas estantes e, quando o espaço é destinado a dormitório, também tarimbas⁴.

Por suas características, as paredes, sendo planas e retangulares, podem ser

4 Camas construídas com esteios fincados no chão e estrados de cortiça de *pindo* ou taquara.



construídas com um amplo leque de materiais, isto não dependendo da forma que a habitação irá adquirir. Já diferente é o caso dos telhados, cuja cobertura dependerá muito de sua projeção, podendo ser destinados a receber até quatro águas. Na situação de a casa ser planejada para telhados de até duas águas, a cobertura poderá ser de materiais variados, como sapé, folhas de palmeira jataí, telhas de madeira, cerâmicas ou de fibrocimento. Já no caso de se terem três ou quatro águas, os materiais se limitam ao sapé e, muito menos frequente, às telhas de madeira. Tal restrição deve-se ao fato de que se se utilizassem telhas cerâmicas ou de fibrocimento, as pessoas não possuiriam as ferramentas adequadas e não dominariam as técnicas para serrá-los, sem falar sobre a quantidade de material descartado que essa modalidade de cobertura do telhado implicaria. Nessas circunstâncias, pelo fato de ser baseado nas técnicas de costura, o uso do sapé permite uma moldagem mais flexível, com uma eficácia garantida na impermeabilização do encontro entre as águas⁵. O planejamento do telhado, assim, é algo que denota não apenas o estilo de casa a ser construída, mas também o leque de materiais com os quais quem faz a escolha técnica pensa que poderá trabalhar (Mura 2000).

Tal escolha, na verdade, depende de muitos fatores e não se pode dizer que os materiais desejados sejam efetivamente aqueles que, de fato, serão utilizados durante o processo construtivo. Com efeito, é muito comum as pessoas construírem rapidamente o esqueleto das habitações, mas deixando-o sem cobertura até por vários meses. No caso em que se opte pelo uso do sapé, deverá ser levada em conta a presença dessa gramínea, que cresce em áreas de campo próximas ao local em que será construída a habitação ou, caso contrário, definir-se uma logística para garantir a coleta, o transporte e a estocagem desse material. Tal logística implica em lógicas de cooperação entre parentes, mas também de aliados não indígenas e comerciantes rurais com os quais se tenha vínculos de clientela e que, assim, podem oferecer, por exemplo, meios de transporte.

O sapé sofre também com as queimadas que ocorrem durante o período de seca, quando, em uma região hoje quase totalmente desmatada, os fortes ventos propagam o fogo por quilômetros, atingindo-se, inevitavelmente, as regiões de várzea onde justamente cresce essa vegetação.

O uso, em alternativa, de outros materiais, como telhas, por exemplo —principalmente as de fibrocimento, mais cobiçadas por seus custos relativamente mais baixos — implicam também em logísticas de transporte e na disponibilidade de recursos financeiros para adquiri-las, condições essas que nem sempre estão disponíveis no momento em que o processo de construção é iniciado. Com efeito, a aquisição de qualquer tipo de material, ferramenta ou objeto por parte dos Kaiowa não pode ser definida como o simples ato de ir buscá-los, o que definiria as atividades de coleta através do verbo *heka* (“pegar”, “coletar”). As atividades que podem ser entendidas como sendo uma ecologia dos grupos domésticos kaiowa são consideradas, como vimos, propriamente *jeheka*, isto é, *jere* (circulação) mais, justamente, *heka*, isto significando, portanto, “ir à procura de”. É no ato de circular pelo território, através das andanças (*oguata*) cotidianas pelas *tape po’i* (redes de trilhas que se estendem a partir de cada espaço doméstico) que as atividades de

5 Nesses casos, não se utilizam folhas da palmeira jataí, já que estas não permitem uma adequada costura, sendo também menos douradoras. De fato, quando se utilizam estas folhas em telhados de duas águas, que são os mais comuns, colocam-se duas camadas, em muitos casos intercaladas pelo uso de lona plástica, para justamente melhorar a impermeabilização.



jeheka estabelecem uma relação com os ambientes aí presentes, bem como com os recursos que nesses podem ser encontrados. Tal forma de projetar e explorar o território — que implica em uma elevada mobilidade de pessoas e de coisas, mas que tem como ponto de partida e de chegada o espaço doméstico —, juntamente com Barbosa da Silva (Barbosa da Silva e Mura 2018) e em diálogo com Leroi-Gourhan (2002a), passamos a denominá-la de “itinerância irradiada”⁶.

A irradiação dos itinerários do *jeheka* representa, por sua vez, um modo de construção de espaços dominiais, não entendidos como algo acabado e sim como um processo de *dominialização* — por meio do qual as pessoas buscam definir parâmetros de acesso aos recursos, seguindo lógicas de cooperação e definindo políticas de mobilização das coisas, a partir de habilidades, aspectos morais, cosmológicos, direitos de propriedade e de uso, bem como de uma escala de valores atribuídas aos próprios objetos. A construção de uma casa, bem como sua transformação ao longo do tempo, vão depender das especificidades desse processo de *dominialização*.

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta o valor dado pelos Kaiowa à construção em si. Enquanto coisa composta de vários materiais, essa não difere de muitos outros objetos, podendo ser alienada total ou parcialmente por seu proprietário, com certa frequência, entrando, assim, em um circuito de troca com ampla mobilidade de bens. Nesse caso, quando se fala da alienação, estamos nos referindo especificamente aos materiais que compõem suas partes e não ao local em que a casa é edificada. Ela, portanto, deverá ser desmontada e seu novo proprietário não necessariamente a reconstruirá da mesma maneira, podendo inclusive aproveitar suas partes para outros objetivos, então alimentando ainda mais o circuito de trocas entre as pessoas.

A construção pode, ainda, ser abandonada ou mesmo queimada, devido à presença de almas carnis (*anguê*) de parentes falecidos. Nesse caso, deverá ser feito um novo pátio nas proximidades, para se poder mudar a residência no interior do espaço de abrangência do grupo doméstico.

Até meados dos anos 2000, a mobilidade de pessoas e de materiais na construção de espaços habitacionais era bastante dinâmica, isto também devendo-se às características modulares anteriormente descritas e à constatação experiential do desgaste progressivo das madeiras e fibras com que as habitações eram construídas.

A introdução das casas de alvenaria teve claramente consequências na dinâmica de construção das unidades habitacionais entre os Kaiowa, sem até agora, porém, alterar significativamente seus princípios básicos. Em um primeiro momento, a difusão desse tipo de habitação deveu-se fundamentalmente a dois programas governamentais de edificação popular, promovidos a partir de meados dos anos 2000: o “Che roga mi” (“Minha casinha”), do governo de Mato Grosso do Sul, e “Minha casa minha vida”, do governo federal. Em ambos os programas as casas eram projetadas de forma padronizada e executadas por profissionais não indígenas (v. Figuras 12 e 13). Esses tipos de construções foram, assim, se somar nos pátios indígenas a outras estruturas em alvenaria — como os kits de sanea-

6 “Ora, pelo visto até aqui é possível afirmar que os deslocamentos produzidos pelas práticas do *jeheka* permitem que as atividades sejam concatenadas no tempo e no espaço, através de estratégias individuais e coletivas, direcionadas a configurar calendários e itinerários compósitos (v. Mura 2006). Deve ser ressaltado que tais práticas não são totalmente descentralizadas, desenhando apenas um *espaço itinerante*, mas tampouco são o resultado de uma percepção unicamente *radiante*, a partir de um centro em direção a seus arredores, conforme as argumentações utilizadas por Leroi-Gourhan (1965) para distinguir e contrastar as características de organização territorial de povos caçadores e coletores nômades, por um lado, e os agricultores sedentários, por outro. A própria modalidade de movimentação e de uso do espaço procedentes da experiência do *jeheka*, através do *oguata* (andança) — a qual, como visto, encontra sua sublimação cosmológica no tempo-espaço das origens, na formação de trilhas pelos deuses — ocorre valorizando fortemente centros de irradiação, com a própria Terra tendo se desenvolvido a partir de um disco, que se tornou posteriormente o seu próprio umbigo (da Terra). Neste quadro, portanto, poderíamos falar de uma modalidade de construção de territórios a partir de centros de irradiação de itinerância. Em outras palavras, as pessoas Kaiowa constroem espaços de uso e ocupação através de uma “itinerância irradiada”. De fato, as atividades de *jeheka* e aquelas que lhe são decorrentes e/ou correlacionadas têm como eixo, ou seja, como ponto de partida e de chegada, os espaços de residência dos diversos grupos domésticos kaiowa” (Barbosa da Silva e Mura 2018, 12-13).



mento básico edificados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), constituídos por um banheiro e um tanque para lavar roupa. Esses empreendimentos têm criado um ambiente técnico favorável ao desenvolvimento de experiências por parte dos Kaiowa, com técnicas, ferramentas e materiais necessários à construção de estruturas com concreto e tijolos (v. Figuras 14 e 15), constatando-se a maior durabilidade dos mesmos com relação às estruturas de madeira, mas também percebendo a sua maior fixidez.

Uma vez construídas, as casas de alvenaria podem ser desmontadas apenas parcialmente, sendo possível, assim, reaproveitar apenas as estruturas do telhado e as esquadrias para outras construções e circuitos de troca. As estruturas de concreto e tijolos, uma vez demolidas, produzem apenas entulho, cujas propriedades não permitem produzir nem ligas nem módulos adequados para reproduzir estruturas semelhantes que sejam eficientes. Nesses termos, a modularidade das casas de alvenaria é limitada, mas ainda assim é possível, quando algumas de suas paredes passam a ser derrubadas e associadas com outras em madeira (v. Figura 16). As próprias características das casas em alvenaria, possuindo paredes totalmente fechadas e poucas janelas, dificultam o uso de fogões a lenha. Nesses termos, ainda que haja a presença dessas casas nas unidades habitacionais, continuam a ser construídas estruturas de madeiras para uso como cozinha, garantindo-se o uso da lenha como combustível. A produção da fumaça desses fogos é também importante para a conservação de espigas de milho destinadas ao plantio. Igualmente, a necessidade de armazenar ferramentas pode ser satisfeita com essa estrutura ou em outras independentes, mantendo-se assim a tendência a definir ciclos construtivos das unidades habitacionais, com mais edificações, mas cujo princípio de articulação de espaços permanece o mesmo. Entretanto, pela maior durabilidade da alvenaria, as sequências construtivas podem, nesse caso, ser alteradas.

Por último, há que se considerar também que, com a presença das estruturas de alvenaria, uma eventual necessidade de abandono do local pela presença de espíritos indesejados tornou-se mais onerosa. No caso de essa estrutura ser apenas o kit de saneamento básico da FUNASA, porém, a opção de abandono ainda é frequente (v. Figura 17). Diferente é o caso das casas, uma vez que a abertura de novos pátios não seriam contemplados pelos programas de edificação popular, e, em se desejando uma habitação ainda com esse tipo de material, seria necessário arcar com os altos custos que sua construção comporta para a média dos recursos disponíveis à maioria dos Kaiowa. Há ainda que se considerar a eventual necessária contratação de mão de obra especializada, ainda escassa entre esses indígenas, algo que não seria necessário para edificar estruturas de madeira — cuja competência é prerrogativa de praticamente todos os homens adultos. Hoje, portanto, tenta-se afastar os espíritos indesejados com atividades rituais ou, em casos extremos, aliena-se a casa, vendendo-a a membros de grupos domésticos das vizinhanças, e, com os recursos obtidos, pode-se assim dar sequência à dinâmica construtiva da unidade habitacional, conforme foi aqui descrito.



Reflexões finais

O material etnográfico sobre os Kaiowa aqui apresentado possibilita-nos algumas reflexões finais sobre processos técnicos e ambientes construídos entre esses indígenas. Deve-se inicialmente destacar que, para compreendermos o processo construtivo e as cadeias operatórias que permitem a articulação de técnicas e de materiais, não se pode levar em consideração apenas o planejamento da habitação e a execução das partes da obra, como se tempos de trabalho, habilidades e materiais necessários fossem predefinidos. Dessa forma, o relacionamento entre técnicas de aquisição e aquelas de construção implica na mediação entre pessoas e coisas, definida através de comportamentos operatórios resultantes de intencionalidades distintas, com a dimensão política sendo essencial nesse processo. Como já havia salientado Platão (Cambiano 1971), a própria política deveria ser considerada como uma técnica de uso organizadora das outras técnicas e, no caso aqui em tela, sendo ela expressão da ação de múltiplos atores humanos, uns em relação aos outros, e, por sua vez, com elementos não humanos, o processo resultará na formação de relações de poder que devem ser entendidas como relações de força, no sentido físico da palavra, canalizando-se fluxos de materiais de uma forma singular (Mura 2017, Sautchuk e Mura 2019, Mura e Padawer 2022). As atividades de *jeheka*, ao serem caracterizadas por uma indeterminação temporal e de obtenção de materiais, condicionam qualquer planejamento inicial, assim como o maior ou menor controle que cada pessoa kaiowa poderá ter sobre o processo construtivo de suas habitações, e suas tomadas de decisão dependerão daquele que defini como sendo o *repertório de possibilidades* à sua disposição (Mura 2000; 2011).

Tal repertório seria o resultado do balanceamento entre a disponibilidade de materiais e ferramentas e a acessibilidade técnica a elas, seja do ponto de vista das habilidades manuais, seja daquelas políticas, mas também das cosmológicas (através de orações e rituais). Nesse sentido, as escolhas técnicas são o resultado de múltiplas causas e de processos que levam a tomadas de decisões, e não, como deixaria entender Lemonnier (1993), como se essas fossem fundamentalmente a objetivação de sistemas simbólicos que operariam em uma determinada coletividade⁷. Com isto não queremos dizer que a dimensão simbólica não seja relevante, mas antes salientar que ela se constitui em apenas uma componente.

Os processos simbólicos são o resultado de experiências práticas, com uma educação da atenção nas atividades executadas, nos termos colocados por Ingold (2010), prevalecendo sobre a transmissão de representações culturais, fazendo com que sejam relacionados valores às habilidades técnicas e mesmo aos materiais e coisas, possibilitando a definição de escalas de prioridades nas tomadas de decisão. No caso específico dos ambientes construídos, como posto por Rapoport (1969; 1994), as formas das construções arquitetônicas, que constituem os elementos fixos, não são tão relevantes para se entender os sentidos que essas últimas têm para as pessoas⁸. Com efeito, não é a forma que faz de uma casa uma casa, e entre os Kaiowa isto fica evidente com relação às *oygusu*, que atualmente não

7 Levando em consideração material etnográfico sobre os Kekchi Maia do Belize, a respeito de ambientes construídos entre esses indígenas, Richard Wilk argumenta o seguinte: “A adoção de uma abordagem de tomada de decisão, portanto, tem o potencial de trazer a discussão sobre o ambiente construído de volta ao centro do estudo da mudança cultural, inovação e adaptação econômica. Ao focar em como os próprios membros do grupo doméstico tomam decisões sobre sua arquitetura residencial, podemos construir um conjunto de dados empíricos sobre os fatores culturais, econômicos, ambientais e psicológicos que afetam essa tomada de decisão em diferentes contextos. Estaremos então em condições de ver por que e como diferentes fatores afetam o ambiente construído em diferentes circunstâncias históricas e econômicas, em vez de buscar generalidades ilusórias e a-históricas” (Wilk 1993, 42).

8 “(...) uma habitação em si pode ser considerada como um sistema particular de *settings* (cenários) dentro do qual se desenvolvem determinados conjuntos de atividades. Assim, não se pode, como tantas vezes se faz, comparar edifícios a habitações simplesmente porque – em forma e estrutura – nos parecem como tal. No estudo de habitações, as unidades de comparação adequadas são os sistemas de *settings*, que primeiro precisam ser descobertos antes de poderem ser comparados. Essa descoberta ajuda a evitar os problemas que podem surgir da discrepância entre nossos próprios conceitos analíticos e os dos povos que estudamos, ou seja, entre os modelos ‘éticos’ e ‘êmicos’” (Rapoport 1994, 463).



são mais destinadas a uso como habitação. Inspirado nas colocações de Edward Hall (1977), a respeito das relações proxêmicas, Rapoport argumenta que são os elementos semifixos, como “o mobiliário dos ambientes, sejam eles externos ou internos: letreiros, plantas, elementos de personalização, móveis, bugigangas, etc.” (Rapoport 1994, 462), bem como aqueles não fixos, tais como as atividades desenvolvidas nesse lugar e o comportamento das pessoas, que devem ser considerados na análise, uma vez que esses formariam um *sistema de settings*, que serviria de parâmetro para as pessoas atribuírem ao espaço construído funções e significados específicos.

Em sua proposta analítica, Rapoport concentra a atenção principalmente sobre aspectos simbólicos e cognitivos, acabando por apresentar um certo esquematismo cultural que o leva a contrastar atitudes supostamente tradicionais com aquelas supostamente modernas na definição de ambientes construídos, atribuindo às primeiras uma tendência a serem mais deterministas, sendo que as segundas seriam mais flexíveis, algo que é criticado fortemente por Wilk (1993). Esse autor traz como exemplo a significativa flexibilidade dos indígenas Kekchi Maia do Belize em suas atividades e nas construções de suas habitações. Contudo, para além do esquematismo cultural, a proposta de Rapoport de se olhar para elementos semifixos e não fixos, implica em focar detalhes e módulos, permitindo captar flexibilidade ou rigidez na associação e na valorização de materiais e coisas, algo que considero bastante interessante e importante para compreendermos variações construtivas, como aquelas descritas ao longo deste artigo.

Neste sentido, evitando associar tais comportamentos a uma pouco produtiva dicotomia tradicional/moderno, o relevante é compreender como, em contextos específicos, um determinado grupo doméstico se serve de rigidez ou de flexibilidade na lida com materiais e coisas. A arqueóloga Susan Kent (1993), por exemplo, estabelece uma equação entre complexidade dos sistemas de atividades realizadas no espaço doméstico e a segmentação das habitações. Entre os Kaiowa, essa progressiva complexificação ao longo dos últimos 150 anos não parece ter sido tão significativa. Revela-se mais evidente, nesse mesmo período, o aumento de elementos semifixos e não fixos, como mobília, objetos e ferramentas, que compõem a bagagem de materiais nas unidades habitacionais. Isto pode ter permitido uma segmentação dos espaços, principalmente para definir um uso como depósito e um lugar dedicado à preparação dos alimentos em separado do dormitório. Mas penso que a flexibilização entre os Kaiowa não se limita a essas três funções atribuídas aos espaços construídos.

O ciclo construtivo da unidade habitacional, de fato, em minha opinião revela a primazia, em termos de importância e de valor, do pátio, como sendo o lugar de sociabilidade e desenvolvimento da maioria das atividades domésticas, colocando-se assim como eixo de articulação dos espaços construídos na sequência descrita neste trabalho. Revela também uma tendência a atribuir aos detalhes arquitetônicos propriedades modulares semelhantes aos elementos semifixos presente nas habitações, permitindo que a própria edificação seja considerada como algo em contínua transformação.



Tal percepção, como vimos, é possível em decorrência das características técnicas dos materiais utilizados e de sua perecibilidade, quando são utilizadas madeiras e fibras vegetais, podendo se produzir as mais variadas e flexíveis formas de construções habitacionais. A recente introdução da alvenaria, por outro lado, tem produzido certa rigidez no tratamento dos materiais, marcando assim uma certa contratendência no processo de segmentação das construções. Nesses termos, além de considerar os sistemas de *setting* e de atividades nos espaços domésticos, para compreendermos as mudanças de formas e a multiplicação ou diminuição de número de construções por unidade habitacional entre os Kaiowa é oportuno voltar o olhar para como os materiais construtivos são escolhidos, adquiridos, transacionados e administrados. Isto é, devemos considerar o repertório de possibilidades de cada sujeito e as características das atividades de coleta (*jeheka*), o que nos leva novamente para a questão de como as decisões são tomadas e como as escolhas técnicas são determinadas.

Agora, justamente levando em consideração a natureza dessas escolhas técnicas, já me direcionando para finalizar estas reflexões conclusivas, gostaria de discorrer brevemente sobre outro aspecto do processo construtivo das habitações: a suposta relação entre a estrutura arquitetônica e um eventual estilo étnico em sua edificação. A passagem da *oygusu* para as casas contemporâneas poderia ser vista como um abandono de etnicidade e, portanto, como o resultado de um processo de aculturação, conforme foi entendido por Schaden (1974) — tal como exposto na introdução do presente trabalho. Pois bem, Kent e Vierich (1989), em um excelente ensaio sobre os modos de construir e transformar habitações por parte dos grupos étnicos no deserto do Kalahari, na África, mostram justamente a relação não necessariamente obrigatória entre estas atividades construtivas e a etnicidade. Analisando vários sítios arqueológicos, relativos a períodos de ocupação recente, percebem que o planejamento da mobilidade territorial, bem como sua transformação ao longo do tempo se revelam fundamentais para compreender as escolhas realizadas, chegando às seguintes conclusões:

Nossa análise indica que todos os tipos de cabanas são encontrados nos acampamentos de cada grupo étnico. A etnia, sem dúvida, influencia o projeto arquitetônico específico, mas não parece afetar o quão substancial será a construção de uma moradia. Dos 25 sítios Basarwa, 84,62% têm cabanas de palha, que exigem menos investimento em tempo de construção (meio dia a um dia inteiro), 23,08% têm cabanas de palha e galhos trançados, que exigem mais tempo para serem construídas (quatro a sete dias), e 19,23% têm cabanas de tijolos de barro, que levam mais tempo para serem construídas (uma a três semanas, dependendo se chove ou não). (As porcentagens não totalizam 100 porque alguns sítios têm mais de um tipo de cabana.) Cada estilo de cabana é representado em proporções iguais nos cinco sítios Bakgalagadi. Os tipos de cabana estão associados à duração prevista da ocupação, não à etnia (Kent e Vierich 1989, 122–3).



De modo semelhante ao que as autoras demonstram para os grupos étnicos do Kalahari, a mobilidade entre os Kaiowa surge como um fator central para compreender o planejamento e a alteração de uma unidade habitacional. Como vimos, a flexibilização da organização do grupo doméstico tem dado vida a uma dinâmica territorial muito mais capilar, implicando em mais variações construtivas. Assim, como colocado pelas autoras, o tipo de abrigo a ser construído dependerá muito do planejamento da estadia e das atividades que se pretende desenvolver em um determinado lugar, podendo-se, para este fim, lançar mão dos modos de edificação considerados mais apropriados, mas mudando a situação ao longo do tempo, com esses podendo ser significativamente transformados. Por exemplo, famílias que têm diminuído muito as atividades agrícolas, com a maioria de seus membros se engajando em trabalhos sazonais fora das terras indígenas (usinas de álcool, coleta de maçã etc.), podem construir suas unidades habitacionais como se essas fossem acampamentos, fazendo da lona plástica um material privilegiado para a cobertura de telhados e paredes. Mas, à medida que essa condição de trabalho se altere, pode ocorrer que se tome como decisão cobrir a casa com materiais mais estáveis e duradouros, e até mesmo enveredando para a realização de edificações de alvenaria. Ao mudar novamente a situação, é possível que a própria mobilidade seja redefinida, com os membros das famílias tornando a ausentar-se do espaço doméstico com mais frequência, chegando a transacionar os materiais de sua casa ou mesmo, ao extremo, abandonando o local.

Em suma, constata-se que as experiências dos indígenas com materiais e estruturas arquitetônicas bastante diversificados, nos últimos 150 anos, têm lhes permitido justamente desenhar repertórios de possibilidades bastante complexos, com os Kaiowa sempre buscando realizar as escolhas técnicas consideradas mais vantajosas para a vida e reprodução das características organizativas do grupo doméstico agregado, centrada em uma elevada mobilidade de seus membros e uma intensa sociabilidade. Nestes termos, apropriando-me da argumentação já citada de Sautchuk (2017), no começo deste trabalho, posso dizer que focar a atenção sobre a técnica permite entender como entre os Kaiowa as variações e transformações construtivas das unidades habitacionais, além de mostrar um processo de complexificação e flexibilização das atividades, tem ao mesmo tempo permitido a reprodução, a sofisticação e, às vezes, o reforço de um estilo de vida bastante peculiar.

ARTIGO



FIGURA 1 - *Oygusu* em uma gravura de final do século XIX. Nos fundos da imagem, construção com teto a duas águas e postes centrais. (Bates *apud* Castro Faria 1951).



FIGURAS 2 e 3 - *Oypysy* ("casa de rezas") na Reserva de Dourados. (Fotos de Alexandra Barbosa da Silva, 04/2006).



FIGURA 4 – Grupo doméstico agregado. O círculo com linha vermelha indica a residência dos líderes da família extensa; os círculos com linha amarela indicam os filhos e filhas casados com ou sem prole.



ARTIGO

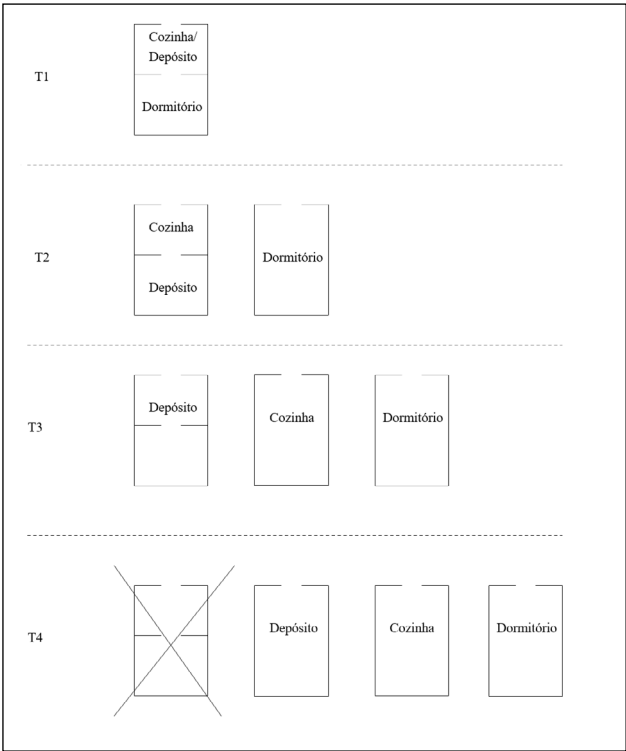


FIGURA 5 – Ciclo construtivo da unidade habitacional.



FIGURA 6 (esq.) – Casa com teto a duas águas e cobertura de palmeira Jataí. Pirakua, 09/1999.



FIGURA 7 (dir.) – Habitação com teto a quatro águas, cobertura em sapé e paredes em taquara batida. Pirakua, 09/1999.



FIGURA 8 (esq.) – Esqueleto de casa com teto a duas águas, iniciando a cobertura com sapé. Guasuty, 07/1993.



FIGURA 9 (dir.) – Casa com telhado a duas águas e cobertura com telhas de fibrocimento. Pirakua, 09/1999.



FIGURA 10 (esq.) – Casa com arquitetura da oygusu, mas de pequenas dimensões. Jaguapire, 09/1999.



FIGURA 11 (dir.) – Casa com metade da arquitetura da oygusu. Jaguapire, 09/1999.

ARTIGO



FIGURA 12 – Casa do Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Jaguapire, 11/2018.



FIGURA 13 – Casa do Programa “Che Roga Mi”. Jaguapire, 11/2018.



FIGURAS 14 e 15 – Casas de alvenaria, com teto em fibrocimento, construídas pelos indígenas. Jaguapire, 11/2018.



FIGURA 16 (esq.) – Variações modulares em casa de alvenaria. Jaguapire, 11/2018.



FIGURA 17 (dir.) – Unidade habitacional abandonada, com vestígios de kit de saneamento básico em alvenaria. Jaguapire, 11/2018.



Sobre o autor

Fabio Mura

Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional / UFRJ. Professor Associado IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Lidera o Téchnai: Laboratório de Estudos em Processos Técnicos. Principais áreas de interesse: Etnologia, Antropologia da Técnica e Antropologia do Conhecimento.

E-mail: fabiomura64@gmail.com

Contribuição do autor

O presente artigo é de autoria individual, baseado em minhas pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o tema.

Declaração sobre a disponibilidade das informações

Declaro, para os devidos fins, que os dados subjacentes ao artigo estão em parte disponíveis em outras obras minhas de acesso livre. Outros dados estão em meu acervo pessoal, como resultado das pesquisas desenvolvidas sobre o tema ao longo dos anos.

Editor Chefe

Carlos Sautchuk (<https://orcid.org/0000-0002-2427-2153>).

Editores Associados

Rosana Castro (<https://orcid.org/0000-0002-1069-4785>).

Sara Morais (<https://orcid.org/0000-0003-1490-1232>).

Jose Arenas Gómez (<https://orcid.org/0000-0002-2159-0527>).

Alberto Fidalgo Castro (<https://orcid.org/0000-0002-0538-5582>).

Elisabeth Defreyne (<https://orcid.org/0009-0009-2559-0047>).

Recebido em 06/10/2025

Aprovado para publicação em 20/10/2025 pelo editor Carlos Sautchuk (<https://orcid.org/0000-0002-2427-2153>)

Referências

- Barbosa da Silva, Alexandra, e Fabio Mura. 2018. "Territory and domestic ecology among the Kaiowa of Mato Grosso do Sul". *Vibrant* 15, nº 2: 1–24.
- Barbosa da Silva, Alexandra. 2007. "Mais além da 'aldeia': Território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul". Tese de doutorado, PPGAS – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Brand, Antonio. 1997. "O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra". Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Cambiano, Giuseppe. 1971. *Platone e le tecniche*. Torino: Einaudi.
- Castro Faria, Luis de. 1951. "Origens culturais da habitação popular do Brasil". *Boletim do Museu Nacional* 12.
- Chamorro, Graciela. 1995. *Kurusu Ñe'ëngatu: Palabras que la historia no podría olvidar*. Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. 25. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos.
- Gadelha, Regina Maria d'Aquino Fonseca. 1980. *As missões jesuíticas do Itatim: Um estudo das estruturas socioeconômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hall, Edward T. 1977. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Ingold, Tim. 2010. "Da transmissão de representações à educação da atenção". *Educação* 33, nº 1: 6–25.
- Kent, Susan, e Helga Vierich. 1989. "The myth of ecological determinism: Anticipated mobility and site spacial organization". In *Farmers as hunters: The implications of sedentism*, organizado por Susan Kent. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kent, Susan. 1993. "A cross-cultural study of segmentation, architecture, and the use of space". In *Domestic Architecture and the use of space: An interdisciplinary cross-cultural study*, organizado por Susan Kent. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lemonnier, Pierre. 1993. "Introduction". In *Technological choices: Transformation in material cultures since the Neolithic*, organizado por Pierre Lemonnier. Londres; Nova York: Routledge.
- Leroi-Gourhan, André. 1971 [1943]. *Evolução e técnicas I: O homem e a matéria*. Lisboa: Edições 70.
- Leroi-Gourhan, André. 2002a [1965]. *O gesto e a palavra I: Técnica e linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- Leroi-Gourhan, André. 2002b [1965]. *O gesto e a palavra II: Memória e os ritmos*. Lisboa: Edições 70.
- M.C.A. (Manuscrito da Coleção de Angelis). 1951. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*, v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações.
- M.C.A. (Manuscrito da Coleção de Angelis). 1952. *Jesuítas e bandeirantes do Itatim*, v. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações.
- Melià, Bartomeu, Alfonso Pérez, e Luis Farré. 1997. *El guaraní a su alcance: Un método para aprender la lengua guaraní del Paraguay*. Asunción: CEPAG.
- Melià, Bartomeu, Friedl Grünberg e Georg Grünberg. 1976. "Los Paĩ-Tavyterã: Etnogra-

- fía guaraní del Paraguay contemporáneo”. *Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo* 9 (1–2).
- Melià, Bartomeu. 1986. *El guaraní conquistado y reducido: Ensayos de etnohistoria*. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología.
- Mura, Fabio e Alexandra Barbosa da Silva. 2019. “Relações de trabalho e colonialismo entre os Kaiowa e os Nandéva de Mato Grosso do Sul”. In *Povos indígenas e relações de poder: Olhares sobre a América do Sul*, organizado por Fabio Mura, Marcondes de Araújo Secundino, e Alexandra Barbosa da Silva, 223–264. Campina Grande: EDUEPB.
- Mura, Fabio e Ana Padawer. 2022. “Procesos técnicos y tradiciones de conocimiento locales: Miradas desde/hacia Brasil y Argentina”. *Espaço Ameríndio* 16, nº 3: 1–30.
- Mura, Fabio. 2000. “Habitações Kaiowa: Formas, propriedades técnicas e organização social”. Dissertação de mestrado, PPGAS – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mura, Fabio. 2010. “A trajetória dos Chiru na construção da tradição de conhecimento Kaiowa”. *Mana* 16, nº 1: 123–50.
- Mura, Fabio. 2011. “De sujeitos e objetos: Um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia”. *Horizontes Antropológicos* 17, nº 36: 95–125.
- Mura, Fabio. 2013. “Gerando formas: conceituações Kaiowa sobre a relação entre substâncias, forças e ações no universo”. In *Manifestações artísticas e ciências sociais: reflexões sobre arte e cultura material*, organizado por Patrícia Reinheimer, e Sabrina Parracho Sant’Anna. Rio de Janeiro: Folha Seca.
- Mura, Fabio. 2014. “Beyond nature and the supernatural: Some reflections on religion, ethnicity and traditions of knowledge”. *Vibrant* 11, nº 2: 407–441.
- Mura, Fabio. 2017. “A política como técnica de uso e como ato transformador: Algumas reflexões a partir do caso dos Kaiowa de Mato Grosso do Sul”. In *Transformações técnicas*, organizado por Carlos Sautchuk. Brasília: ABA Publicações.
- Mura, Fabio. 2019. *À procura do “bom viver”: Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Rio de Janeiro: ABA Publicações.
- Rapoport, Amos. 1969. *House form and culture*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Rapoport, Amos. 1993. “System of activities and system of settings”. In *Domestic architecture and the use of space: An interdisciplinary cross-cultural study*, organizado por Susan Kent. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rapoport, Amos. 1994. “Spatial organization and the built environment”. In *Companion Encyclopedia of Anthropology*, organizado por Tim Ingold. Londres; Nova York: Routledge.
- Sautchuk, Carlos E. 2017. “Introdução: Técnica e/em/como transformação”. In *Técnica e transformação: Perspectivas antropológicas*, organizado por Carlos Sautchuk. Brasília: ABA Publicações.
- Sautchuk, Carlos E. e Fabio Mura. 2019. “Technique, power, transformation: Views from Brazilian anthropology”. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* 17: 1–17.
- Schaden, Egon. 1974 [1954]. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: E.P.U.; EDUSP.
- Susnik, Branislava. 1979–1980. “Etnohistoria de los Guaraníes: Época colonial”. In *Los aborígenes del Paraguay*, v. 2. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.



Susnik, Branislava. 1982. "Cultura material". In *Los aborígenes del Paraguay*, v. 4. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero.

Thomaz de Almeida, Rubem Ferreira. 1991. "O projeto Kaiowa-Ñandeva: Uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul". Dissertação de mestrado, PPGAS – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Thomaz de Almeida, Rubem Ferreira. 2001. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: O projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Wilk, Richard R. 1984. "Households in Process: Agricultural Change and Domestic Transformation among the Kekchi Maya of Belize". In *Households: Comparative and historical studies of the domestic group*, organizado por R. McC. Netting, Richard R. Wilk, e E. J. Arnold. Berkeley: University of California Press.

Wilk, Richard R. 1993. "The built environment and consumer decisions". In *Domestic architecture and the use of space: An interdisciplinary cross-cultural study*, organizado por Susan Kent. Cambridge: Cambridge University Press.

Wilk, Richard R. 1997. *Household ecology: Economic change and domestic life among the Kekchi Maya in Belize*. DeKalb: Northern Illinois University Press.